

DESTAQUE DO DIA

CIDADES

Legislação eleitoral deve mudar

Câmara dos Deputados discute alterações, e relatório deve estar pronto até junho; objetivo é diminuir o número de ações na Justiça

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL - 22/2/20



Instabilidade: deputado diz ter ouvido de membro do TSE que foram cassados mais políticos eleitos no período democrático do que na ditadura

ça Eleitoral para a cassação de mandatos eletivos.

“Estou ciente das responsabilidades e do compromisso que assumimos de entregar um novo código com regras claras e harmônicas, que ofereça aos juízes e advogados a segurança jurídica necessária para a formação de precedentes, e aos competidores, o conforto de que as disputas eleitorais se resolverão no voto, não nas disputas judiciais”, destacou a parlamentar.

Um dos 15 deputados federais que fazem parte do GT é o paulista Orlando Silva (PCdoB). Ele citou que o atual Código Eleitoral é de 1965 e muitos pontos estão defasados, em conflito com a Constituição ou, até, superados por precedentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Há muitos temas que não possuem uma regra clara e eles ficam no arbítrio dos tribunais regionais eleitorais. É preciso uniformizar as interpretações das normas dos processos eleitorais”, justificou.

Ministro do Esporte entre abril de 2006 e outubro de 2011 (Governo Lula), Silva entende que essa falta de clareza nas regras do jogo favorece a judicialização por parte daqueles que foram derrotados e gera uma instabilidade democrática. “Para se ter uma ideia, um dos representantes do TSE nos relatou que já foram cassados mais mandatórios no período democrático do que durante a ditadura militar”, disse.

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luís, Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaino
E-mail cidades@tribuna.com.br
Telefone 2102-7157

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

A legislação eleitoral brasileira é uma espécie de colcha de retalhos, segundo especialistas. Por esse motivo, a Câmara dos Deputados criou um grupo de trabalho (GT) para sistematizar as normas esparsas pelo ordenamento jurídico e diminuir a judicialização dos pleitos.

A previsão é que o relatório final esteja pronto até junho para, então, ser submetido a uma comissão especial ou aos líderes partidários. Após essa etapa, o texto será apreciado pelo plenário da Casa.

A advogada e deputada federal Margarete Coelho (PP-PI) foi a parlamentar incumbida de elaborar esse documento, após ouvir 110 especialistas e representantes de instituições nas audiências públicas promovidas pelo grupo de trabalho desde o início de março. A ideia não é promover grandes alterações na lei, mas apresentar um texto com regras claras e objetivas.

Margarete explicou que o GT, formado por 15 parlamentares, tem se debruçado sobre todo o Código Eleitoral, as leis das Eleições, dos Partidos Políticos, das Inelegibilidades e dos Crimes Eleitorais e, também, sobre os princípios estruturantes do Direito Eleitoral.

A deputada declarou ter assumido a relatoria do GT com entusiasmo, pois dedicou a carreira e as pesquisas à área do Direito Eleitoral – ela é mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, com uma tese sobre a legitimidade democrática da Justiça

LEGISLAÇÃO

ALEXANDER FERRAZ-14/8/17



“No geral, a legislação eleitoral é boa, vem sendo efetiva, mas pode ser aperfeiçoada. Infelizmente, ela ainda é uma colcha de retalhos”

Arthur Rollo
Advogado, trata de Direito Eleitoral

Integrante do grupo de trabalho sobre a reforma da legislação eleitoral, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB) defende a criação de mecanismos para romper com a sub-representação de segmentos da sociedade na política, como mulheres e negros. “Também precisamos instituir a federação de partidos para que possamos unificar as siglas que têm afinidades programáticas e reuni-las nas eleições e nos mandatos. Isso pode ser um passo importante para fortalecer as representações no Congresso Nacional”, justificou.

SUGESTÕES

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS-16/4/19



DIVULGAÇÃO/MCCE



Luciano Santos sugeriu a regulamentação da participação popular

Movimento quer evitar retrocessos

■ O diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Luciano Santos, foi um dos especialistas ouvidos pelo grupo de trabalho da Câmara.

As sugestões apresentadas pelo MCCE foram no sentido de evitar qualquer retrocesso, como a volta das coligações, o fim das cláusulas de barreira e a criação de mecanis-

mos para permitir a inclusão de mais mulheres e negros na política.

Além disso, Santos sugeriu a regulamentação da participação popular nas decisões do Parlamento, como plebiscito, referendo e apresentação de propostas de iniciativa popular.

Um assunto recorrente com a proximidade do período eleitoral é a confiabi-

lidade das urnas eletrônicas. Apesar de inúmeras teorias da conspiração, o TSE garante a confiabilidade desse sistema.

MAISTRANSPARÊNCIA

O advogado Arthur Rollo acredita que elas são seguras, mas defende a necessidade de haver mais transparência para afastar a desconfiança delas.

“Seria interessante disponibilizar todas as zérezimas (documentos emitidos em cada seção eleitoral, antes do início da votação). Assim que eles chegarem à central de totalização, as informações poderiam ser jogadas na internet, o que permitiria fazer a totalização paralela”, explicou o advogado para A Tribuna.